



# PUC

**DEPARTAMENTO DE  
DIREITO**

---

**Tráfico de órgãos humanos e crime  
organizado: sob a ótica da tutela dos  
direitos humanos**

**por**

**Caetano Alves Torres**

**ORIENTADORA: Elizabeth Sússekind**

**2007.2**

---

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO  
RIO DE JANEIRO - RUA MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 225  
CEP 22453-900 RIO DE JANEIRO - BRASIL

**TRÁFICO DE ÓRGÃOS  
HUMANOS E CRIME  
ORGANIZADO:  
sob a ótica da tutela dos direitos  
humanos**

**por**

**CAETANO ALVES TORRES**

Monografia apresentada ao  
Departamento de Direito da  
Pontifícia Universidade Católica  
do Rio de Janeiro (PUC-Rio)  
para a obtenção do Título de  
Bacharel em Direito.

Orientadora: Elizabeth  
Süssekind

**2007.2**

## **DEDICO**

***Ao meu avô Júlio Alves,  
pelo exemplo de 96 anos de vida digna.***

## **AGRADEÇO**

***Aos meus pais, pelo apoio constante.***

***À minha avó Margarida Torres, pelo afeto.***

***À minha orientadora, pelo incentivo.***

## **RESUMO**

O objetivo desta monografia é debater o papel do crime organizado na violação de direitos humanos e as possibilidades de enfrentamento deste fenômeno criminal, sempre com a proposição de assegurar a máxima tutela dos direitos fundamentais.

O primeiro capítulo traz conceitos importantes para a percepção do fenômeno, quais sejam: globalização, crime organizado e direitos humanos.

O segundo capítulo se volta à análise de um tipo específico de tráfico de pessoas, o tráfico de órgãos. Através do capítulo é possível entender os efeitos do tráfico de pessoas como violação a direitos humanos internacionalmente reconhecidos.

O terceiro capítulo conjuga os conceitos do primeiro capítulo ao fenômeno estudado no segundo capítulo, a fim de chegar a uma síntese da relação entre a criminalidade organizada e a tutela dos direitos humanos.

O derradeiro capítulo trará as conclusões finais do trabalho, com a indicação de formas apontadas por estudiosos para minimizar os danos causados aos direitos humanos fundamentais pelo crime organizado e o tráfico de pessoas.

## **PALAVRAS-CHAVE**

**DIREITOS HUMANOS - CRIME ORGANIZADO - TRÁFICO DE PESSOAS - DIGNIDADE HUMANA**

*“Então Arcanjos da Estrada  
Despem-te e deixam-te nu.  
Não tens vestes, não tens nada:  
Tens só teu corpo, que és tu.”*

**Fernando Pessoa**

## **SUMÁRIO**

1. Introdução	
1.1. Justificativa do tema	<b>5</b>
1.2. Direitos Humanos, Globalização e Crime Organizado	<b>6</b>
2. Compra e venda de órgãos	<b>16</b>
2.1. Aspectos constitucionais e legais	<b>17</b>
2.2. Aspectos jusfilosóficos	<b>21</b>
3. Tráfico de órgãos e crime organizado	
3.1. Globalização e crime organizado	<b>26</b>
3.2. Fenômeno criminal do tráfico de órgãos	<b>29</b>
3.3. Estudo de caso	<b>40</b>
3.4. Dignidade humana e tráfico de pessoas	<b>44</b>
4. Conclusão	<b>46</b>
5. Bibliografia	<b>48</b>

# 1. Introdução

## 1.1. Justificativa do tema

O objeto da monografia é o tráfico de pessoas, em especial o fenômeno do tráfico de órgãos humanos, que hoje atinge significativa parcela da população mundial, principalmente aquela que vive em condições precárias, sem recursos próprios suficientes e desamparados pelos seus respectivos Estados.

Tal forma de criminalidade é praticada por organizações criminosas que se utilizam de modernos meios de comunicação, da facilidade de movimentação de recursos financeiros e de conexões entre grupos de diversos países para impedir a atuação preventiva e repressiva dos organismos estatais e aumentar seus lucros.

A quantificação e a dimensão exatas desse crime são de difícil aferição, pois ele conta com a corrupção dos organismos estatais. Muitas de suas operações não são detectadas e, portanto, não fazem parte de bases de dados dos organismos oficiais.

Contudo, alguns organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), já se aproximam de alguns números e demonstram o potencial lesivo desta forma de crime. Segundo dados do UNDOC- Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes, as organizações criminosas que atuam com o tráfico de pessoas auferem um lucro aproximado de 31,6 bilhões de dólares anuais <sup>1</sup>.

O número de pessoas vitimadas pelo tráfico de pessoas chegaria a aproximadamente 2, 4 milhões em 2005 (OIT) <sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Exposição de Motivos ao Decreto nº 5948/2006. In: *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*, Brasília; Ministério da Justiça, 2007, p. 60.

<sup>2</sup> Ibid, loc.cit.

Apesar da grande dificuldade de obtenção de números precisos, essas projeções indicam a dimensão do fenômeno, que nega a pessoas de classes marginalizadas sua própria condição de pessoa, excluindo-as da tutela dos direitos humanos. É preciso amplo entendimento desse crime para que possam ser criados mecanismos eficientes para preveni-lo e evitar que provoque danos irreparáveis aos direitos humanos de vítimas de todas as partes do mundo.

Ainda segundo o Ministério da Justiça, cada pessoa traficada gera lucro anual aproximado de U\$ 30 mil <sup>3</sup> às organizações criminosas envolvidas. Tratando-se de atividade ilegal extremamente lucrativa, só ultrapassada pelo tráfico de armas e de entorpecentes <sup>4</sup>, é explorada por criminosos com poder econômico e político consideráveis, incluindo organizações sofisticadas com ramificações internacionais.

## **1.2. Direitos Humanos, Globalização e Crime Organizado.**

É essencial a apresentação de três importantes conceitos, que servirão como instrumentos para a melhor definição do objeto do estudo e dos fins a que pretendemos chegar: Direitos Humanos, Globalização e Crime Organizado.

### **1.2.1. Direitos Humanos.**

Os direitos humanos são conquistas históricas <sup>5</sup>, ainda que, teoricamente, sejam conceituados como direitos anteriores até mesmo ao fenômeno jurídico. Ao longo do tempo, tais direitos foram sendo delimitados, construídos e protegidos através de movimentos sociais e políticos, não tendo sido

---

<sup>3</sup> Ibid., p. 60.

<sup>4</sup> FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO, *State of World Population 2006: A Passage to Hope*, p. 44, disponível em <<http://www.unfpa.org>>, data de acesso: 03/11/2007.

<sup>5</sup> PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Justiça Internacional*, São Paulo: Saraiva, 2007, p. 7 e 8.



reconhecidos - e muito menos tutelados - em diversos períodos históricos e em muitas sociedades <sup>6</sup>.

Na concepção contemporânea, os direitos humanos formariam uma “unidade indivisível, interdependente e inter-relacionada, na qual os valores da igualdade e liberdade se conjugam e se completam” <sup>7</sup>. Formariam, assim, um bloco de direitos básicos e universais, que seriam o aparato mínimo de realização dos projetos individuais de cada ser humano. Seriam voltados para o aprimoramento dos corpos sociais, apontariam para a primazia da pessoa humana como valor absoluto da ordem jurídica, social, política e econômica.

Tal primazia da pessoa humana se fundamenta no conceito de dignidade que significaria que “o ser humano (...) é dotado de um valor próprio e que lhe é intrínseco, não podendo ser transformado em mero objeto ou instrumento” <sup>8</sup>. A tutela da dignidade de cada pessoa seria garantia de cada integrante do corpo social contra arbitrariedades e abusos realizados pelos poderes social e estatal <sup>9</sup>.

A tutela dos direitos humanos é essencial para o reconhecimento da dignidade de cada pessoa, pois garante que, por menos recursos ou meios próprios que possua cada indivíduo, ainda assim o Estado deve salvaguardar um mínimo de condições e oportunidades, reconhecendo que “as pessoas nunca poderão ser tratadas de tal forma que se venha a negar a importância distintiva de suas próprias vidas” <sup>10</sup>.

O próprio Estado surge em função da tutela da pessoa humana<sup>11</sup> e, por consequência, para tutelar os direitos humanos, promovendo as condições propícias para que cada ser humano exerça sua dignidade.

---

<sup>6</sup> PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e Justiça Internacional*, São Paulo: Saraiva, 2007, p. 7 e 8.

<sup>7</sup> PIOVESAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 7ª ed., São Paulo: Saraiva, 2006.

<sup>8</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 5ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 30.

<sup>9</sup> *Ibid.*, loc.cit.

<sup>10</sup> *Ibid.*, p.52.

<sup>11</sup> *Ibid.*, 68.

A própria noção de tráfico de pessoas é o oposto à tutela dos direitos humanos. O tráfico de pessoas se funda no tratamento de indivíduos que são considerados apenas como objetos mercantis, utilizados com o fim exclusivo de gerar lucro àqueles que os exploram. Atinge pessoas em situação de precariedade e vulnerabilidade - em verdadeira situação de miséria humana - sendo um dos exemplos mais flagrantes de violação aos direitos humanos e de negação da dignidade da pessoa.

### **1.2.2. Globalização.**

O tráfico de pessoas remonta à origem da própria história da humanidade, possuindo como antecedente remoto a escravidão de povos colonizados ou conquistados. Porém, o tráfico de pessoas contemporâneo é diverso de outras modalidades de exploração do ser humano que foram vivenciadas ao longo da trajetória humana.

Para apreciação do tráfico de pessoas hoje existente é essencial que sejam feitos esclarecimentos sobre a globalização. Embora reconhecendo que esta tem sido objeto de interpretações as mais díspares, selecionamos as posições de alguns autores para descrever o processo global. Hannah Arendt definiu de forma precisa o seu surgimento:

“O declínio do sistema de estados nacionais europeus; o encolhimento econômico e geográfico da Terra, de forma que a prosperidade e a depressão tendem a ser fenômenos globais; a transformação da humanidade que, até nosso tempo, não passava de noção abstrata ou princípio norteador para uso exclusivo de humanistas, em entidade realmente existente, cujos membros, nos pontos mais distantes do globo, levam menos tempo para encontrar-se que os membros de uma nação há uma geração atrás – são as marcas do começo do último estágio desta evolução.”<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*, 10ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 269.

Assim, nota-se que seu principal traço é a transformação do conceito de humanidade, que deixa de ser uma construção filosófica para fincar raízes na realidade histórica, podendo ser percebido através de dados empíricos <sup>13</sup>.

A globalização é um processo complexo<sup>14</sup>, que abrange diversas áreas da vida social, marcado pelo processo de interdependência<sup>15</sup>, racionalização<sup>16</sup>, urbanização, mercantilização, secularização e individuação/individualismo<sup>17</sup>.

Para Boaventura Sousa Santos:

“o que chamamos de globalização é sempre a globalização bem sucedida de determinado localismo. Por outras palavras, não existe condição global para a qual não consigamos encontrar uma raiz local, real ou imaginada, uma inserção cultural específica.” <sup>18</sup>

As principais ferramentas do processo de globalização são a comunicação e a transmissão de informações, que produzem imagens e dados que constituem um imaginário global, um verdadeiro inconsciente coletivo global <sup>19</sup>.

Tem como característica, ainda, a “convergência de momentos” <sup>20</sup>, ou seja, o conhecimento instantâneo do que ocorre em locais diversos por pessoas localizadas nos mais variados espaços geográficos. Passa a existir uma mescla de visões de mundo, através da comunicação de idéias e trocas de experiências, criando-se uma cultura global em paralelo às culturas locais <sup>21</sup>.

---

<sup>13</sup> SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 21.

<sup>14</sup> SANTOS, Boaventura Sousa. Prefácio à edição brasileira. In: *A Globalização e as Ciências Sociais* (org. SANTOS, Boaventura Sousa). 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 11.

<sup>15</sup> IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 186.

<sup>16</sup> IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 145.

<sup>17</sup> Ibid., p. 98.

<sup>18</sup> SANTOS, Boaventura Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura Sousa (org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 63

<sup>19</sup> Ibid., p. 119-120.

<sup>20</sup> SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006, p. 28.

<sup>21</sup> Ibid. p. 21 e 131.

Através do processo global, a soberania, o projeto nacional, a emancipação nacional, a reforma institucional, a liberalização das políticas econômicas ou a revolução social, passam a se condicionar a interesses transnacionais <sup>22</sup>.

A soberania dos Estados periféricos se torna limitada - quando não nula. Até mesmo as nações mais desenvolvidas e com maior influência política, econômica e bélica perdem soberania <sup>23</sup>.

Outra consequência da globalização atual é a monetarização da vida <sup>24</sup>, tudo se torna valor de troca, a figura do cidadão se confunde com a do consumidor.

Como efeito da globalização, passa a existir uma produção acelerada e artificial de necessidades e uma produção ilimitada de carência e escassez <sup>25</sup>.

Há aumento do desemprego, queda dos níveis salariais, aumento da pobreza e da concentração de renda, conflitos sociais, degradação dos serviços públicos, deterioração da qualidade de vida e destruição ambiental <sup>26</sup>.

Por outro lado, não há a construção de direitos sociais mínimos universalmente garantidos <sup>27</sup>, o que mostra a dificuldade do Estado, do mercado e da sociedade civil em tutelar de forma eficiente esses direitos.

Segundo Pedro Hespanha “O Estado-nação tornou-se demasiado pequeno para resolver os grandes problemas e ao mesmo tempo demasiado grande para resolver os pequenos.” <sup>28</sup>

As melhoras nos padrões de vida são cada vez mais inacessíveis à maioria da população <sup>29</sup>, devido à falta de acesso ao ensino e à saúde. Com

---

<sup>22</sup> IANNI, Octavio. Op. Cit., p. 59.

<sup>23</sup> Id, p. 85.

<sup>24</sup> SANTOS, Milton. Ob. Cit., p. 44.

<sup>25</sup> Ibid., p. 129.

<sup>26</sup> VIEIRA, Liszt. *Cidadania e Globalização*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004, p.84.

<sup>27</sup> HESPANHA, Pedro. Mal-estar e risco num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social. In: SANTOS, Boaventura Sousa (org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 179.

<sup>28</sup> Ibid., p. 174.

isso, ocorre a pauperização e mesmo a colocação de grupos sociais em situação de verdadeira miséria, tornando-se os mesmos cada vez mais vulneráveis e cada vez mais crônica a desigualdade social <sup>30</sup>.

Tais apontamentos sobre a globalização revelam que muitas das consequências geradas pelos diversos processos de globalização tornam possível a existência do fenômeno do tráfico de pessoas nas dimensões atuais. Contribuem para a exaltação de valores preponderantemente ligados ao sucesso econômico e ao consumo e geram contingentes sociais desprovidos de qualquer forma de proteção pelo Estado.

Por isso tudo, a globalização acaba por construir um ambiente em que se possibilita a grupos criminosos a exploração de pessoas como simples mercadorias.

A permeabilidade das fronteiras, outra características da globalização, chega a impossibilitar o controle estatal sobre as organizações criminosas, tornando cada vez mais difícil a tutela dos direitos humanos.

### **1.2.3. Crime Organizado.**

O crime organizado é notadamente uma das maiores fontes de violação aos direitos humanos <sup>31</sup>, sendo a causa da vitimização de uma pluralidade de comunidades e indivíduos <sup>32</sup>, tendo hoje a internacionalização como uma de suas características preponderantes <sup>33</sup>.

---

<sup>29</sup> Ibid., p. 161.

<sup>30</sup> SANTOS, Boaventura Sousa. Os Processos da Globalização. In: SANTOS, Boaventura Sousa (org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 79.

<sup>31</sup> GOMES, Luiz Flávio e CERVINI, Raúl. *Crime Organizado: enfoques criminológico, jurídico* (Lei 9.034/95) e político criminal. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 63.

<sup>32</sup> DUARTE, Luiz Carlos Rodrigues. Vitimologia e Crime Organizado in *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 4, n.16, p. 252-259, out./dez. 1996, p. 256.

<sup>33</sup> GOMES, Luiz Flávio e CERVINI, Raúl. Ob. Cit., p. 76.

Na maior parte das vezes, o crime organizado para o tráfico de pessoas é exercido por organizações criminosas, o que impõe entender melhor esse instrumento de planejamento e realização de crimes.

É consenso que, para conseguir resultados eficientes no combate ao tráfico de pessoas exercido por organizações criminosas, a política criminal deve tender para a cooperação internacional <sup>34</sup>. A previsão legislativa e a uniformização das legislações dos diversos países são necessárias para evitar a existência de verdadeiros paraísos penais, assim como é essencial o uso de meios modernos de obtenção de provas.

O crime organizado permanece em debate. Alguns criminólogos duvidam dessa conceituação, entendendo-a como mecanismo de política criminal tendente a afastar garantias constitucionais e proporcionar uma plataforma política de captação de votos para aqueles que discursam prometendo combater o crime organizado <sup>35</sup>.

Apesar da respeitabilidade do autor dessa afirmação, consideramos que o conceito de crime organizado não é mera invenção simbólica, mas um conceito que transmite uma forma de exercício da atividade criminosa. E é necessário que tal conceito seja distinguido de outras formas de crime, para que essa figura criminosa, especialmente danosa pelo próprio modo de sua atuação, seja adequadamente combatida.

Concordamos com Juarez Cirino dos Santos que o conceito não pode servir, simplesmente, para legitimar a violação de garantias constitucionais do Direito Penal e do Direito Processual Penal, mas discordamos quanto à sua inutilidade e inexistência fática, pois é um conceito importante para a correta

---

<sup>34</sup> Ibid., p. 276, v. também MAYOR M., Pedro Juan. Concepcìon Criminològica de la Criminalidad Organizada Contemporànea. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v.7, n. 25, jan./mar. 1999, p. 225, RODRIGUES, Anabela Miranda. Criminalidade organizada. Que Política Criminal? In: *Revista Brasileira de Direito Comparado*, Rio de Janeiro, n.24, p. 103-126, jan./jun. 2003, p. 115 e 121.

<sup>35</sup> SANTOS, Juarez Cirino dos. Crime Organizado. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 11, n. 42, jan./mar. 2003.

compreensão da criminalidade contemporânea. Teoricamente, trata-se de um instrumento importante para garantir a tutela efetiva dos direitos humanos das vítimas de grupos criminosos de maior nível de organização e sofisticação.

É importante traçar as características mais comuns desta forma de prática de crimes. Os estudiosos destacam como constantes em organizações criminosas as seguintes características:

**a) Estratégia global:** De certa forma, os criminosos deixam os Estados indefesos, isolados e impotentes <sup>36</sup>, pois ultrapassam suas fronteiras, dentro das quais as forças de repressão ainda estão presas, devido ao princípio penal da territorialidade, bem como pelo fato de possuírem os Estados diversidade de legislações;

**b) Uso de tecnologia:** Utilizam meios modernos para operar em mercados financeiros e para trocar informações <sup>37</sup>;

**c) Empresa Ilícita:** As organizações criminosas são “empresas” voltadas à prática de atividades ilícitas <sup>38</sup>. Mas, por outro lado, utilizam-se de sociedades empresárias legais, ou as criam, para dificultar o rastreamento da origem do dinheiro, formando uma zona cinzenta, de difícil controle <sup>39</sup>, denomina-se este fenômeno de “mescla”;

**d) Elasticidade:** Os integrantes de tais grupos não se prendem à determinada atividade, mudando o objeto e adaptando-se a outras atividades

---

<sup>36</sup> GOMES, Luiz Flávio e CERVINI, Raúl. *Crime Organizado: enfoques criminológico, jurídico* (Lei 9.034/95) e político criminal. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 274.

<sup>37</sup> IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 67: “Dadas as condições não só técnicas mas também econômicas sob as quais são abertos mercados, agilizados os circuitos financeiros e fortalecidos os centros decisórios das corporações transnacionais e das redes bancárias, a lavagem de qualquer tipo de dinheiro torna-se relativamente fácil”

<sup>38</sup> GOMES, Luiz Flávio e CERVINI, Raúl. Op.Cit., p. 245.

<sup>39</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Crime Organizado: aspectos gerais e mecanismos legais*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002, p. 20.

para evitar a repressão, a paralisação de atividades e a perda de fonte de recursos <sup>40</sup>;

**e) Criminalidade dos poderosos:** As figuras influentes por trás dos crimes, e seus executores mais graduados, jamais são molestados, mantêm-se desconhecidos, anônimos, como “cidadãos acima de qualquer suspeita” <sup>41</sup>;

**f) Racionalização das atividades/Profissionalização:** Os grupos criminosos se organizam previamente para tornar os resultados mais seguros <sup>42</sup>;

**g) Especialização:** As tarefas são divididas entre os membros da organização segundo os graus de especialização, para melhor chegar aos seus fins. Há uma carreira criminal, com solidariedade interna <sup>43</sup>;

**h) Restrição do número de membros:** Os integrantes são cuidadosamente recrutados, como forma de controle: devem ser leais e controláveis a ponto de se auto-incriminar para evitar a captura dos chefes <sup>44</sup>, o que é uma das características históricas das máfias;

**i) Corrupção:** É inerente à atividade criminosa organizada, dirigindo-se, sobretudo, aos organismos de repressão e controle, sendo a única forma de manutenção de organizações de grande envergadura. Winfried Hassemer chegou a apontar essa característica como a essência da atuação criminosa:

“O *proprium* da criminalidade organizada consiste na paralisação do braço que deveria combatê-la, com a corrupção do aparato estatal é que realmente entraria em funcionamento uma nova forma de criminalidade.” <sup>45</sup>

---

<sup>40</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Crime Organizado: aspectos gerais e mecanismos legais*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002, p. 7.

<sup>41</sup> RODRIGUES, Anabela Miranda. Criminalidade organizada. Que Política Criminal? In: *Revista Brasileira de Direito Comparado*, Rio de Janeiro, n.24, p. 103-126, jan./jun. 2003, p. 112.

<sup>42</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. Ob. Cit., p. 12.

<sup>43</sup> Ibid., p. 15.

<sup>44</sup> MENDRONI, Marcelo Batlouni. Ob. Cit., p. 16.

<sup>45</sup> Tradução livre do texto veiculado em: HASSEMER, Winfried. Limites del Estado de Derecho para el Combate contra la Criminalid Organizada. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminas*, São Paulo, v. 6, n. 23, jul/set. 1998.



**k) Restrição ao uso da violência:** Valem-se da violência como último recurso, preferindo utilizar a ameaça e a corrupção, porque crimes violentos causam repulsa à população e aos investigadores, gerando sentimento de revolta que dá propulsão à própria investigação e alimentam a vontade da Justiça em atuar firmemente <sup>46</sup>;

**l) Sofisticação:** Os integrantes das organizações criminosas procuram ter conhecimento das atividades dos agentes repressores e com isso obter maior refinamento em suas ações e maior impunidade <sup>47</sup>.

A partir dessas características, constata-se o arcabouço básico da estrutura e da forma de organização criminosa, o que permite compreendê-la melhor. Esse entendimento auxilia a busca de mecanismos mais eficazes de prevenir o crime de tráfico de pessoas e, conseqüentemente, de tutela mais efetiva dos direitos humanos das vítimas.

---

<sup>46</sup> Ibid., p. 21.

<sup>47</sup> ANIYAR DE CASTRO, Lola. La Sombra de el Padriño: concepto criminológico del delito organizado. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 11, n°. 42, jan. /mar. 2003, p. 311.

## **2. A Compra e Venda de Órgãos**

No presente capítulo queremos discutir a possibilidade de uma pessoa, capaz civilmente, dispor de seus órgãos com a finalidade de auferir ganhos financeiros.

Analisaremos o caso de pessoas que vendem seus órgãos para organizações envolvidas com esse comércio se dedicam no território de nosso país. Pela legislação de transplantes em vigor (Lei 9.434/94) cometem ato típico e ilícito.

Verificamos que o grupo de pessoas sujeitas a “ofertas de compra” de órgãos se concentra em classes de baixa renda – normalmente desempregadas-, com pouca instrução formal, que não dispõem de condições dignas de sobrevivência. Falta capacidade ao aparelho estatal para prestar serviços globais de assistência social, manter rede pública de saúde disponível e facilitar a obtenção de postos de trabalho no mercado formal.

Apresentamos adiante o caso de tráfico de órgãos ocorrido em Pernambuco, em 2003. Tornou-se emblemático, por ser o primeiro registrado no mundo, referindo-se a uma quadrilha com organização sofisticada e atuando de forma contínua. Ao ser desfeita e incriminada, descobriu-se que a organização criminosa enviava cidadãos brasileiros para a África do Sul, onde eram operados e tinham seus órgãos extraídos e vendidos para compradores estrangeiros.

A questão que se coloca é a limitação legal à venda de órgãos quando realizada de forma consentida pelos doadores. Partimos do denominado direito ao corpo, assim definido por Caio Mário da Silva Pereira:

“No conceito de proteção à integridade física inscreve-se o direito ao corpo, no que se configura a disposição de suas partes, em vida ou para depois da morte,

para finalidades científicas ou humanitárias, subordinado à preservação da própria vida ou de sua deformidade. A lei não pode placitar a auto lesão. ”<sup>48</sup>

Se a disponibilidade total do corpo fosse um direito absoluto, em tese nada haveria objetando os inúmeros “contratos de compra e venda” que têm por objeto partes não renováveis do corpo humano. Contudo, na mesma definição, o eminente civilista ressalta a relatividade deste direito, assim como as doutrinas penal e a constitucional, conforme apresentamos nos itens seguintes.

A vida e a integridade física são inerentes ao exercício da dignidade humana e nosso ordenamento jurídico só permite a disposição de parte do corpo humano frente a justo e específico motivo, como no caso de transplantes terapêuticos gratuitos.

E, ainda assim, somente será jurídico se não acarretar prejuízos além daqueles normalmente esperados em uma cirurgia do tipo. O doador deve ser previamente informado dos riscos pela equipe cirúrgica e o médico responsável deve se recusar a operar se entender o procedimento prejudicial ao interesse do doador e contrário à sua saúde e bem-estar.

## **2.1. Aspectos constitucionais e legais**

Pela importância fundamental que possuem o direito à vida e à integridade física, encontram seu lugar próprio, dentro do nosso sistema jurídico, a partir do Direito Constitucional. Tal seu relevo que se dissemina por outros ramos da Ciência Jurídica, notadamente o Direito Penal e o Direito Civil.

Ao tratar da disponibilidade de partes do corpo diante do direito à vida, o constitucionalista José Afonso da Silva assim se expressou:

---

<sup>48</sup> SILVA PEREIRA, Caio Mário. *Instituições de Direito Civil*, v.I, 20ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 250.

“É que a vida, além de ser um direito fundamental do indivíduo, é também um interesse que, não só ao Estado, mas à própria Humanidade, em função de sua conservação, cabe preservar. Do mesmo modo que a ninguém é legítimo alienar outros direitos fundamentais, como a liberdade, por exemplo, também não se lhe admite alienar a própria vida, em nenhuma de suas dimensões.”<sup>49</sup>

É importante notar que o autor considera a vida<sup>50</sup> de cada indivíduo como um direito que não se vincula apenas a um indivíduo determinado que pretenda dispor da própria integridade física, mas sim como bem jurídico pertencente à Humanidade, como forma de sua manutenção. Da mesma forma, entendemos que não há por que assegurar o direito ao corpo com caráter de disponibilidade absoluta, que se regeria apenas pela vontade das partes “contratantes”.

Note-se que os argumentos que defendem a possibilidade da venda de órgãos humanos têm como pressuposto a existência de dois interesses que seriam atendidos pelo “contrato”. De um lado, estaria o receptor do órgão que teria sua condição de saúde melhorada de forma sensível: não dependeria mais de espera em fila de transplante, o que, por vezes, se prolonga de tal maneira que a vida daquele que aguarda acaba antes de ser possível a recepção do órgão.

Do outro, colocam o interesse do “doador” que seria remunerado em proporção ao sacrifício que lhe é proposto.

Esse tipo de argumento esbarra na inverdade de seus pressupostos, pois equipara uma simples prestação pecuniária à entrega de um bem indisponível e, por isso, fora de comércio. O corpo deve ser preservado pela sociedade

---

<sup>49</sup> DA SILVA, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 23ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2004, p. 199.

<sup>50</sup> Em todas as suas dimensões, como é o caso da integridade física.

como um todo, por ser a vida humana de titularidade da Humanidade, em todas as suas dimensões.

Portanto, a alienação de partes do corpo em troca de recebimento de prestação em dinheiro é desproporcional do ponto de vista lógico, pois trata de forma semelhante bens essencialmente diversos.

Mesmo que se admitisse que um pacto de venda de órgãos fosse objeto de contrato de direito privado, ainda assim não teria acolhida em nosso ordenamento, isso porque haveria enorme desproporção entre as prestações de cada parte, o que ocasionaria a incidência de figuras como a lesão, o erro ou o estado de perigo, ensejando até mesmo a alegação de violação da norma de ordem pública, que proíbe contratos contrários à moral e aos bons costumes.

Ressalte-se que, hoje, o Direito Privado sofre a incidência imediata dos valores consagrados no texto constitucional, com especial influência da cláusula geral de tutela da pessoa humana <sup>51</sup>.

Entre os estudiosos do direito privado, colhe-se a posição de Gustavo Tepedino:

“Os atos de disposição do corpo são vedados quando ocasionam uma diminuição permanente da integridade física ou quando sejam contrários ao bom costume. Ressalva-se, contudo, a hipótese de necessidade médica, como no caso de mudança de sexo. O Código protege ainda a autonomia do paciente, no caso de tratamento médico ou intervenção cirúrgica com risco de vida.” <sup>52</sup>

O Direito Penal também protege o ser humano e sua vida em todos os seus aspectos, como evidenciado em diversos tipos penais.

---

<sup>51</sup> PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do Direito Civil: Introdução ao direito civil constitucional* (tradução de Maria Cristina de Cicco), 2ª edição, Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 155. Vide também TEPEDINO, Gustavo. *Temas de Direito Civil*, 3ª edição, Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

<sup>52</sup> TEPEDINO, Gustavo. *Temas de Direito Civil*, 3ª edição, Rio de Janeiro: Renovar, 2004, p. 36.

Pela conexão, cabe trazer a este trabalho a posição de Cezar Roberto Bittencourt quanto à ilicitude do suicídio <sup>53</sup>:

“E, para reforçar a proteção da vida humana ante a dificuldade e inocuidade em punir o suicídio, o legislador brasileiro, com acerto, pune toda e qualquer participação em suicídio, seja moral, seja material” <sup>54</sup>.

Assim, se é ilícito mesmo a participação em ato contra a integridade física do indivíduo para o qual não há sanção penal – suicídio-, a venda de partes do corpo também não pode deixar de ser. Importante a preciosa lição do mesmo criminalista: “A vida não é um bem que se aceite ou se recuse simplesmente. Só se pode renunciar ao que se possui, e não ao que se é.” <sup>55</sup>

Diante desses entendimentos doutrinários e das disposições legais que os baseiam, constatamos que o comércio de órgãos humanos é objeto de inúmeros ramos do Direito, em virtude da importância para o desenvolvimento da cidadania plena.

Em nosso ordenamento, há apenas uma possibilidade de disposição de partes do corpo humano por meio de transplante entre vivos, aquela que tem sua legitimação no princípio de solidariedade humana. Neste caso, o transplante é admitido, de forma gratuita, por iniciativa de doadores sensibilizados pela dor dos enfermos, sob a condição de não provocar sacrifícios desproporcionais, como deformidades e incapacidades.

Dentro das circunstâncias permitidas, o objetivo não é a remuneração e não há comércio com partes humanas. A prioridade é a necessidade da doação e a possibilidade de ajuda ao próximo, atendendo à dignidade de ambos os

---

<sup>53</sup> Já há doutrina defendendo a licitude do suicídio. Vide PÁDUA, João Pedro Valladares. Eutanásia e Igualdade. In: *Revista Trimestral de Direito Civil*, v. 23, Rio de Janeiro: Padma, 2005, p.272.

<sup>54</sup> BITTENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal: parte especial*, v.2, 3ªed.. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 116.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 115.

envolvidos. O doador solidário faculta, satisfazendo sua necessidade de solidariedade perante seu próximo, ao necessitado pelo órgão, a chance de sobrevivência e de ter condições para gozar novamente de sua saúde e bem-estar.

Apenas desta maneira é legítima a retirada de órgãos de uma pessoa, pois atende à tutela da dignidade humana de ambas e não permite que comerciantes lucrem e se aproveitem da fragilidade dos envolvidos.

Da mesma forma, os médicos e os demais profissionais da saúde atuantes nestes casos estarão exercendo suas profissões dignamente, sem participar de esquema que sujeita cidadãos a disporem de seu corpo em troca de dinheiro.

## 2.2. Aspectos jusfilosóficos

Diante das diversas normas proibitivas do comércio de órgãos, cabe o estudo de sua fundamentação filosófica, indo-se além da seara dogmática.

Conforme entendimento acima apontado, a vida e a integridade física de cada indivíduo são de titularidade da Humanidade. Quanto à humanidade de cada pessoa, assim definiu a professora Maria Celina Bodin, seguindo o pensamento de Kant:

“Considera-se, com efeito, que, se a humanidade das pessoas reside no fato de serem elas racionais, dotadas de livre arbítrio e de capacidade para interagir com os outros e com a natureza – sujeitos, por isso do discurso e da ação –, será ‘desumano’, isto é, contrário à dignidade humana, tudo aquilo que puder reduzir a pessoa (o sujeito de direitos) à condição de objeto.”<sup>56</sup>

---

<sup>56</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. O conceito de dignidade humana: substrato axiológico e conteúdo normativo. In: *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*. (org. Ingo Sarlet). Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 117.

Como parte essencial do ser humano, cada órgão de seu corpo não pode ser tornado objeto, porque isso afetaria a própria norma fundante de nosso ordenamento jurídico. que é a tutela da dignidade da pessoa humana.

É dessa matriz ético-filosófica que provêm a disciplina legal do tema e não pode ser afastada a análise da dignidade humana, nosso balizamento imperativo, frente à tão sensível problemática.

O valor do ser humano, refletido por dignidade e não por preço, é essencial para entender porque em nenhum país democrático se permite que alguém disponha de seu corpo em troca de dinheiro, apesar dos fortes interesses contrários a esta vedação jurídica.

Analizando o caso ocorrido em Recife, no qual uma organização atuava no comércio de rins, constata-se que o alvo dos traficantes é restrito àquelas pessoas que se encontravam marginalizadas, por não possuírem condições mínimas de sobrevivência digna. Nada leva a crer que, em caso de legalização do comércio, vendedores de órgãos viriam de classes mais abastadas e instruídas.

Não se pode permitir que parcela da população tenha sua dignidade diminuída devido à possibilidade de dispor de seu próprio corpo em troca de uma remuneração (preço), pois preço e dignidade não podem ser objetos de confusão, sendo inaceitável tratar parte do corpo humano como uma mercadoria qualquer.

Os interesses na da legalização do comércio de órgãos tentam se legitimar pelo argumento de que estariam beneficiando tanto pacientes terminais quanto pessoas sem condições de prover o próprio sustento, que disponibilizariam parte de seu corpo e obteriam condições materiais de uma vida digna.

Contudo, na legalidade ou não, os principais grupos beneficiados pelo comércio de órgãos humanos não são nem receptores e nem vendedores e, sim,



os intermediários, que se utilizam da necessidade extrema de uns e de outros para garantir seu lucro.

E esse lucro é tão significativo que são formadas quadrilhas sofisticadas, com membros de diversas especializações, inclusive médicos, que violam a ética profissional e se arriscam a não mais poder praticar licitamente a profissão a que se prepararam. Estes riscos são suportados pela ganância gerada pelos lucros espantosos que esses mercadores de órgãos humanos conseguem obter a partir da situação de miserabilidade de suas vítimas.

Os verdadeiros beneficiados pelo discurso que visa à legitimação e legalização do comércio de órgãos humanos são os mercadores, que agem com a mesma sensibilidade e solidariedade humana que, no decorrer da História, caracterizaram os traficantes de negros africanos.

De maneira alguma se pode aceitar que pessoas tenham sua dignidade ofendida, pois todos os seres humanos são iguais em dignidade e esta é ontologicamente diversa do preço que atribuímos às mercadorias.

Os alvos da retirada de órgãos no “mercado” de partes do corpo humano sempre serão os menos favorecidos. É ingenuidade pensar o contrário, não é aceitável permitir que sua situação econômico-social os faça mais vulneráveis à violação de seus direitos fundamentais, o que ocorreria com a legalização do tráfico de órgãos humanos.

Os casos reportados pela organização *Organs Watch* refletem essa situação: pessoas pobres doam seus órgãos com a intenção de ter os meios mínimos de sobrevivência digna. Contudo, após serem usados, são deixadas na mesma condição e com um pouco de dinheiro, que não bastará para conter as consequências do transplante: estes, realizados por cirurgias antiéticas. Tais cirurgias agravarão de tal forma a saúde daquele que vendeu seu órgão, que o levará a gastar o que recebeu para se tratar. E, ainda, por triste ironia, muitas vezes será ele próprio o próximo enfermo necessitado de órgãos humanos que esperará na fila de transplantes.

Deixado sem acompanhamento, em situações precárias de higiene, verá decrescer sua capacidade física e sua força de trabalho impedindo-o de trabalhar nas poucas ocupações, que conseguia antes, estará apto a conseguir.

Nessa situação, seu quadro psíquico será agravado e sua dignidade sofrerá mais um golpe, estando desprovido de emprego e saúde física e psicológica.

As informações e casos vividos por pessoas de países pobres mostram que a opção do legislador em proibir a venda de órgãos humanos é adequada e razoável. Baseia-se em demonstrações empíricas que demonstram que a legalização do comércio de órgão humanos geraria resultados degradantes da dignidade de inúmeros seres humanos.

Diante da inequívoca proibição da ordem jurídica, os dogmatistas não podem aceitar o comércio de partes de seres humanos; diante da lógica, não se podem equiparar bens diversos como o preço e a dignidade humana; e diante da ética e da solidariedade humana, não se pode admitir que, por fundamentos quaisquer, seja permitido que determinados seres humanos sofram atentado em sua dignidade.

Afora esses aspectos, já amplamente demonstrados nos itens acima, valemo-nos novamente dos ensinamentos da professora Maria Celina Bodin:

“No entanto, na área da biomedicina, é o interesse, o ponto de vista do indivíduo, que deve prevalecer quando se trata de sua saúde, física e psíquica”.<sup>57</sup>

Frente a essa afirmativa, não há como admitir que uma operação médica, com suas conseqüências e com os sacrifícios em que importa, e a

---

<sup>57</sup> BODIN DE MORAES, Maria Celina. O conceito de dignidade humana: substrato axiológico e conteúdo normativo. In: *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*. (org. Ingo Sarlet). Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p. 129.

atuação ética do profissional da medicina, sejam maculadas por interesses gananciosos.

Só se pode admitir que sejam feitos transplantes de órgãos humanos, inegavelmente importantes e necessários, se esses não se pautarem por busca de dinheiro e, sim, sejam fruto de altruísmo e fincados na vontade de contribuir para melhora da vida daquele que receberá o órgão: demonstração de um sentimento de humanidade e solidariedade com outros seres humanos.

O transplante de órgãos é um ato que deve ser protegido e incentivado pelas autoridades públicas, já que é fundamental para que pessoas em estado precário de saúde possam ter esperança de melhoria. Mas, para garantir a saúde dessas pessoas, nunca se poderá permitir que sejam comprados órgãos humanos. Interesses puramente financeiros, de traficantes modernos, que obtém lucro do desespero e da pobreza de seres humanos, nunca poderão ser admitidos por países democráticos.

Diante disso, não há como se concluir senão afirmando que o comércio de órgãos humanos é completamente incompatível com a dignidade humana e a tutela dos direitos humanos.

Um órgão humano não pode ser transformado em mercadoria, sujeito a variação de preço em consequência do mercado, como se fora mero *commodity*. Seu valor não é definido pelos mercados, pois é definido como igual para todo ser humano., já que é pelo reconhecimento do outro como igual, pela racionalidade, que nos tornamos membros da Humanidade. Não é possível alguns seres humanos sejam apartados dessa condição, permitindo-se que outros se aproveitem de suas carências para lhes retirar o único bem que – todos - temos em comum: a dignidade.

Portanto, é inadmissível que em ordenamentos baseados na dignidade da pessoa humana, como os dos países civilizados e democráticos, o comércio de órgãos humanos e os negócios jurídicos dele derivados sejam aceitos pela Lei.

### 3. Tráfico de Órgãos e Crime Organizado.

#### 3.1. Globalização e crime organizado

O mundo globalizado facilita sobremaneira a comunicação entre os povos, o intercâmbio de tecnologias e a migração de pessoas para os mais diversos lugares. Essa fluidez demográfica traz conseqüências como trocas comerciais e conhecimento, que ajudam no desenvolvimento dos povos das diversas regiões e países. Apesar das vantagens, a globalização pode gerar uma situação complexa que impede o controle efetivo do que é trocado em suas rotas.

O governo dos Estados não têm meios de controle do fluxo de capitais – o livre mercado das operações financeiras mundiais – e dirigem seus esforços para tentar controlar rigorosamente o transpasse dos migrantes para dentro de suas fronteiras <sup>58</sup>.

Esse controle gera uma nova e lucrativa modalidade criminosa, qual seja: o transporte ilegal de pessoas de países periféricos para os países centrais, um contexto que permite que pequenos grupos de criminosos locais se aliem com grupos mais sofisticados que atuam supranacionalmente.

Em razão de sua situação econômica, os países periféricos se vêem tentados a não punir as situações de exploração de seus cidadãos, visando com isso atrair os investimentos de que necessitam <sup>59</sup>. Uma vez que o capital estrangeiro pode se aproveitar da inexistência de encargos relativos aos direitos trabalhistas, aumentando a margem de lucro de seus investimentos, escolhe os países com menor controle sobre a exploração de seus habitantes para dirigir seus aportes financeiros.

---

<sup>58</sup> CEPEDA, Ana Isabel Pérez .*Globalización, tráfico internacional ilícito de personas y derecho penal*, Editorial Comares, p. 4.

<sup>59</sup>Ibid.

Por consequência, os traficados, provenientes de países pouco desenvolvidos, são sujeitos a salários irregulares e injustos, a jornadas desumanas em ambientes sem nenhuma higiene, são excluídos socialmente e levados à criminalidade; vêm-se em situação insustentável e lhes resta, apenas, a alternativa de se sujeitar à situação de escravidão ou recorrer à pequena criminalidade.

Todos estes fatores geram condições propícias para que a atividade criminosa seja coordenada e planejada pelo crime organizado. Essas organizações atuam de modo semelhante às multinacionais, pela forma hierárquica e a divisão do trabalho, que permite o maior benefício possível através do menor risco<sup>60</sup>.

As tecnologias modernas facilitam a logística do tráfico de seres humanos e, por vezes, são conseguidas através de trocas de informações com outros grupos criminosos, como os de traficantes de armas e drogas<sup>61</sup>.

Em especial, o tráfico de órgãos é beneficiado pelas formas sofisticadas de transporte e as operações ilegais são concretizadas através do *know-how* que a criminalidade organizada obteve com o advento da globalização. Na configuração do mundo globalizado, o controle dos criminosos, que atuam através das fronteiras é mais complexo, necessitando de mecanismos de cooperação internacional.

Por vezes, o tráfico de órgãos é uma das formas que os traficantes se utilizam para forçar àqueles que pretendem entrar ilegalmente em países desenvolvidos, e não tem recursos, a apresentar-lhes remuneração. Pois, para conseguir meios de ir para os países centrais, acabam sendo forçados a dar partes de seus próprios corpos aos criminosos, porque não tem a quantia que os traficantes pedem.

---

<sup>60</sup> CEPEDA, Ana Isabel Pérez, ob. cit.

<sup>61</sup> Ibid., p.18

As estruturas organizacionais formadas pelos grupos criminosos não são, necessariamente, destinadas a um exclusivo tipo de tráfico de seres humanos, por exemplo: aqueles que exploram o tráfico de órgãos podem, concomitantemente, usar da infra-estrutura de que dispõem para traficar trabalhadores escravos e trabalhadores do sexo, ou ser usada a mesma para transportar trabalhadores ilegais que pagam apenas para serem postos dentro das fronteiras dos países centrais.

Migrantes captados pelo transporte ilegal de pessoas e que, por estarem em situação ilegal, se vêem desprotegidos e sem poder apelar para as polícias do Estado em que se encontram, tornam-se vulneráveis e desamparados. Nesta situação, são vítimas potenciais de outras formas de exploração como a venda de seus órgãos ou a prostituição.

As diferentes formas de tráfico de pessoas, embora persistam como tabu na mídia, nas esferas da política e na Academia, já consistem nos tipos de criminalidade mais lucrativas depois dos tráficos de drogas e de armas.

O Protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial mulheres e crianças, que foi internalizado no Brasil através do Decreto 5.017/2004, representa um avanço, pois permite a cooperação internacional, com a troca informações a fim de reduzir a impunidade dessa modalidade de conduta criminosa, que não se circunscreve mais às rígidas fronteiras em que as forças de prevenção e repressão têm que se restringir.

A legislação brasileira avançou ao internalizar os preceitos da Convenção com a alteração do Código Penal feita pela Lei 11.105/2005, que trata do tráfico de pessoas. Apesar disso, a reforma tratou apenas do tráfico para fins de prostituição.

O tráfico de órgãos ainda é evitado nas discussões políticas e acadêmicas por ser considerado como “lenda urbana” <sup>62</sup>, os agentes do Estado preferem considerar que os indícios que vêm à tona não são sérios. De outro lado, cada vez mais são noticiados casos ocorridos em comunidades carentes de desaparecimento de crianças e adolescentes, cujos raros indícios não são adequadamente investigados <sup>63</sup>.

### **3.2. Fenômeno criminal do tráfico de órgãos**

A atual desenvoltura dos traficantes faz com que os relatos e notícias sobre o tráfico de órgãos pareçam mais críveis, já foram ouvidas testemunhas que narraram a retirada de órgãos de paciente de hospital ocorrida em elevador, em operação que durou poucos minutos. Certamente que isso não seria possível sem a participação direta de médicos e de outros profissionais de saúde.

O tráfico de órgãos, no passado, era estruturado sobre doadores imediatamente mortos. Fora da esfera da legalidade, havia notícias de pessoas falecidas que tinham seus órgãos subtraídos clandestinamente para fins de pesquisa científica, ou cadáveres de mendigos desviados de tumbas comuns e vendidos a laboratórios e escolas de Medicina.

O comércio de órgãos humanos vale-se dos avanços da Medicina em relação ao transplantes, assim como dos meios técnicos difundidos pela globalização. O desenvolvimento da técnica cirúrgica não é mais monopólio de países desenvolvidos, e isso facilita que profissionais ligados ao tráfico realizem transplante de órgãos entre pessoas vivas.

---

<sup>62</sup> PEARSON, Elaine. *Coertion in the Kidney Trade? A background study on trafficking in human organs worldwide*, disponível em <<http://www.gtz.de/de/dokumente/en-svbf-organ-trafficking-e.pdf>>, acesso em 03/11/2007.

<sup>63</sup> TRANSPLANT PROCEEDINGS. *The Bellagio Task Force Report on Transplantation, Bodily Integrity, and the International Traffic in Organs*, disponível em <<http://www.icrc.org/Web/Eng/siteeng0.nsf/iwpList302/87DC95FCA3C3D63EC1256B66005B3F6C>>, acesso em 04/11/2007.

Nesse contexto, pessoas de estratos sociais marginalizados são seduzidas a venderem órgãos a preços módicos e em condições de risco que ignoram. Por sua condição educacional e social, não têm consciência das consequências da disposição de partes de seus corpos, o que agride a sua saúde e o seu bem-estar. A contrapartida pecuniária tem utilidade provisória, embora permita lucro significativo e duradouro para os criminosos que intermedeiam seus órgãos no meio internacional.

A área não governamental, composta por entidades e empresas, tem se colocado do lado das vítimas e entrado na luta.

Um exemplo desse movimento da sociedade civil é a ONG *Organs Watch*, vinculada à Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos. É um projeto formado por uma equipe de antropólogos, ativistas de direitos humanos, médicos e especialistas em medicina social, que se juntaram para pesquisar o contexto socioeconômico do transplante de órgãos. O trabalho vem se focando no levantamento das implicações desse tipo de tráfico nos direitos humanos das populações marginalizadas do mundo inteiro. A equipe, procura por pessoas que doaram órgãos ilegalmente para conhecer melhor sua condição.

Na persecução desse fim, produzem trabalhos de pesquisa etnográficos e sociológicos, assim como pesquisas sobre direitos humanos: pretendem que haja divulgação ampla de informações, promovendo a agenda dos direitos humanos e o enfrentamento à violação da integridade física de populações humanas vulneráveis. Com isso, traçam e propõem estratégias de enfrentamento a este tipo de crime <sup>64</sup>.

Através de vários estudos, a equipe constatou que, fortalecido pelas condições anteriormente mencionadas, o tráfico de órgão passa por um “boom” nos últimos anos. Hoje, é freqüente que despossuídos de todos os tipos

---

<sup>64</sup> Informações disponíveis em <http://sunsite3.berkeley.edu/biotech/organswatch/pages/about.html>, acesso em 27/08/2006.



forneçam órgãos para ricos, de países centrais, através dos esquemas do crime organizado internacional.

O professor Lawrence Cohen, ligado ao *Organs Watch*, informa sobre uma área na Índia, que é chamada de “cinturão dos rins” <sup>65</sup>, onde é comum que pessoas vendam seus órgãos em troca de empréstimos. São pessoas desesperadas pela total falta de meios econômicos para sobreviver e que utilizam partes de seu corpo para obter crédito de criminosos. O professor menciona que muitas dessas vítimas relatam que fariam novamente a operação, pois têm família que precisam sustentar e não possuem outro meio de prover sua subsistência.

A *Organs Watch* chegou a outros dados que assustam. Através de exames cadavéricos na África do Sul, constataram que os mortos já não possuíam olhos, válvulas cardíacas e glândulas pineais, todas colhidas ilegalmente, sem o consentimento da família das vítimas <sup>66</sup>.

Na China, também averiguaram denúncias, negadas pelo governo daquele país, segundo as quais as autoridades dispõem dos órgãos de criminosos condenados à morte. As execuções são feitas, naquele país, para atender à necessidade de transplante de fígados, corações e rins da população <sup>67</sup>.

Na mídia internacional, há notícias de que, em situações de calamidade, os traficantes de pessoas se aproveitam da falta de controle policial e de fronteiras, para conseguirem fornecedores de órgãos humanos. Trata-se, em

---

<sup>65</sup> TRANSPLANT COMMUNICATIONS, INC. (autoria coletiva). US researcher have launched a new group to monitor trafficking in human organs, a practice that now extends around the world., in *Transplant News*, volume 10, edição 6 de 27 de março de 2000.

<sup>66</sup> SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Bodies of Apartheid: the Ethics and Economics of Organ Transplantation in South Africa*, disponível em <http://sunsite.berkeley.edu/biotech/organswatch/pages/bodiesapart.html>, acesso em 04/11/2007.

<sup>67</sup> US researcher have launched a new group to monitor trafficking in human organs, a practice that now extends around the world., In *Transplant News*, volume 10, edição 6 de 27 de março de 2000, publicada pela Transplant Communications, Inc.

<sup>68</sup> SCHEPER-HUGHES, Nancy, *New Cannibalism*, disponível em <http://sunsite.berkeley.edu/biotech/organswatch/pages/cannibalism.html>, acesso em 04/11/2007.

grande parte, de crianças que foram afastadas dos pais. Foram feitas algumas denúncias de situações como essas no período seguido ao “tsunami” no Sudeste asiático em 2004 e também em várias guerras civis na África.

As pesquisas levadas a cabo pelo *Organs Watch* levantam os argumentos utilizados por aqueles que apóiam a legalização da venda de órgãos humanos. É o caso de sociedades de defesa de pacientes terminais, organizações que procuram legitimar essa forma de venda do corpo, com argumentos como:

- A oferta de órgãos por pessoas interessados em vendê-los acabaria com a escassez de órgãos humanos para transplante, evitando filas de espera, que podem levar um paciente crítico a aguardar por anos <sup>69</sup>;
- Haveria um “mútuo benefício”, pois os doadores teriam compensação econômica e os doentes terminais teriam uma chance de se recuperar <sup>70</sup>;
- Sangue, esperma e óvulos já são vendidos legalmente. <sup>71</sup>

Contestando a validade da legitimação pretendida por esse discurso, são elencados pela *Organs Watch* <sup>72</sup> outros argumentos como:

- Trata-se de um mercado de exploração da miséria do ser humano;

---

<sup>69</sup> Nos E.U.A., haveria 50.000 pessoas em filas de espera por órgãos, segundo SCHEPER-HUGHES, Nancy, *New Cannibalism*, disponível em <http://sunsite.berkeley.edu/biotech/organswatch/pages/cannibalism.html>, acesso em 04/11/2007.

<sup>70</sup> Ibid.

<sup>71</sup> Ibid.

<sup>72</sup> Documento mimeografado distribuído pela ONG Organs Watch.

- Em verdade, é uma falsa escolha, pois aqueles que “escolhem doar” seus órgãos são sempre forçados a isso por condições socioeconômicas precárias <sup>73</sup>,
- Os cirurgiões envolvidos estariam sendo forçados a quebrar a ética médica, desmerecendo a relação de confiança que deve haver entre médico e paciente, transformando médicos em mercenários;
- O homem, enquanto “possui” seu corpo, também “é” o seu próprio corpo;
- A venda de órgão seria a cominação de um processo de alienação, em que o próprio corpo, essência da personalidade, seria visto como uma mercadoria;
- Alienar parte não renovável do corpo destruiria a base da existência material do ser humano;
- Assemelhar-se-ia a uma forma de escravidão.

Além dessas discussões filosóficas quanto à legitimidade da prática de comércio legal de órgãos, o *Organs Watch* também realiza pesquisas que trazem dados sobre os atuais modos de atuação criminosa daqueles que intermedeiam a venda de órgãos.

Eles indicam a extrema diferença do valor da “mercadoria” objeto desse tráfico em diferentes partes do mundo. São os mesmos díspares pelas condições socioeconômicas e culturais de cada país.

Dá o exemplo do mercado de rins: em países centrais, o custo está em torno de 30.000,00 dólares por um rim. Já em países marginalizados no comércio internacional o valor pago seria muito menor, por exemplo:

---

<sup>73</sup> SCHEPER-HUGHES, Nancy, *The Global Traffic in Human Organs: A Report Presented to the House Subcommittee on International Operations and Human Rights, United States Congress on June 27, 2001*

\$7.500,00 (Turquia), \$2.700,00 (Moldávia e Romênia), \$1.500,00 (Índia e Filipinas), \$750,00 – \$1.000,00 (Iraque, antes da Guerra do Golfo) <sup>74</sup>.

São diversos os motivos que levam compradores a aumentar a demanda por órgãos vivos:

- Há países em que há pouca ou nenhuma doação de órgãos de cadáveres (Japão, Israel, Turquia, Arábia Saudita) por motivos religiosos e culturais <sup>75</sup>;
- Há pessoas muito idosas ou doentes para esperar nas filas nacionais de órgãos disponíveis;
- Existe certa mentalidade de que haveria um direito ao transplante;
- Há rejeição de doadores mortos encefálicos, pois não seria “natural”, seria “nojento ou inferior”, por motivos religiosos e culturais <sup>76</sup>;
- Entre pedir a doação de alguém da família e comprar de um estranho, se opta por pagar a alguém que não se conhece;
- Acredita que o “doador” não sofrerá, pelo contrário, auferirá ganho financeiro.

As razões que os “doadores” têm para vender seus órgãos são de verdadeiro estado de necessidade, os que vendem seus órgãos são sempre marginalizados, famintos, desempregados que não possuem outra forma para garantir sua própria sobrevivência e a de seus familiares. Como afirmamos

---

<sup>74</sup> Documento mimeografado da ONG *Organs Watch*.

<sup>75</sup> SCHEPER-HUGHES, Nancy, *New Cannibalism*, disponível em <<http://sunsite.berkeley.edu/biotech/organswatch/pages/cannibalism.html>>, acesso em 04/11/2007.

<sup>76</sup> Ibid.

acima, imigrantes ilegais e jovens imaturos são potenciais vítimas desse crime, por não terem discernimento ou condições de decidirem de outro modo.

Um caso trazido pela *Organs Watch* é emblemático, o filipino Andrés Osite tinha 16 anos quando sua própria mãe suplicou que ele vendesse seu rim para que tivessem condição de ter comida em casa para ele e os irmãos e que pudessem sobreviver <sup>77</sup>.

Muitas vezes, as vítimas fortalecem mais ainda os traficantes, se tornando “caçadores de rins”, atuando nas comunidades das quais provêm e aliciando novos vendedores para o esquema criminoso.

Grupos de defesa do paciente tornam-se encorajadores dessa atividade, pois sustentam o direito do paciente de ter os órgãos, mesmo que por meio de compra. Adotam esse discurso para legalizar a prática, porém acabam por favorecer aos traficantes de órgãos. Estes ampliam ainda mais sua clientela, com pessoas que, de boa-fé, acreditam que pagando estariam ajudando ao doador que seria um “altruísta recompensado.” <sup>78</sup>

A realidade daqueles que tem seus órgãos retirados é mais cruel, por não terem apoio médico e acompanhamento posteriores, desenvolvem problemas físicos <sup>79</sup>, como dores de cabeça, nas costas, no local da cirurgia, hipertensão arterial (que pode prejudicar o outro rim e fazer com que o doador

---

<sup>77</sup> Documento de divulgação da ONG Organs Watch, cópia mimeografada.

<sup>78</sup> “Compensated gifting”\_no original, SCHEPER-HUGHES, Nancy. *New Cannibalism*, disponível em <<http://sunsite.berkeley.edu/biotech/organswatch/pages/cannibalism.html>>, acesso em 04/11/2007.

<sup>79</sup> Depoimento de Márcio César do Nascimento. In ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO, *Ata da 1ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do tráfico de órgãos*, arquivo de computador disponibilizado ao autor pelo Deputado Raimundo Pimentel, presidente da Comissão.

tenha que se sujeitar a filas de espera para um transplante de rim, em uma ironia mórbida<sup>80</sup>).

Além disso, as vítimas sofrem com outros sintomas constantes como: ansiedade exacerbada, medo de morrer, de ficarem incapacitados; depressão e arrependimento, além de sentimento raiva de si mesmos e de seus algozes, pela sujeição a tal situação<sup>81</sup>.

A pesquisadora Nancy Scheper-Hugues, ligada ao *Organs Watch* faz uma análise desse quadro assustador em que o corpo das pessoas passa a ser mero “depósito de partes disponíveis.”<sup>82</sup>

Segundo seu entendimento, esse tipo de fenômeno é sinal de decadência das relações sociais baseadas na proteção dos direitos humanos. Esta seria causada pela situação em que se encontram duas filas de espera, de um lado pacientes terminais de países ricos que se vêem a beira da morte por sua enfermidade e, por outro, um batalhão de seres humano que vive em condição de verdadeira miséria humana, sem emprego ou meios de obter sua própria sobrevivência, e se vêem tentados a decisões extremas, muitas vezes somente explicáveis pela desinformação, falta de instrução e ausência de outros meios possíveis de conseguir meios materiais para uma vida digna.

Isso porque o objeto da troca comercial – órgão humano – está completamente fora do comércio, inclusive por disposições do direito positivo pátrio como: Art. 199, § 4º da Constituição Federal, que veda qualquer tipo de comercialização de sangue e a remoção de órgãos para transplante e o art. 1º da Lei 9.434/97 que prescreve que a remoção de órgãos para transplante deve ser

---

<sup>80</sup> PEARSON, Elaine. *Coertion in the Kidney Trade? A background study on trafficking in human organs worldwide*, Eschborn, April, 2004 disponível em <<http://www.gtz.de/de/dokumente/en-svbf-organ-trafficking-e.pdf>>, acesso em 03/11/2007

<sup>81</sup> Como se vê no depoimento de Hernani Gomes da Silva na 1ª Reunião Ordinária da CPI do tráfico de órgãos.

<sup>82</sup> SCHEPER-HUGHES, Nancy. *Rotten Trade: Millennial Capitalism, Human Values and Global Justice in Organs Trafficking*.

por “disposição gratuita” para “fins de tratamento”; o art. 9º da mesma lei reitera a orientação político-legislativa.

Esse posicionamento de nosso ordenamento jurídico, com sede constitucional e, por isso, legitimado pelo processo democrático, tem suas razões éticas na idéia de que não há disponibilidade da pessoa sobre sua integridade física.

Lei 9.434/97, que regulamenta os transplantes, mostra com clareza a adoção dessas premissas valorativas: o art. 9º, §3 prevê que só se permite o transplante de órgãos duplos (como os rins), partes de órgãos ou tecidos quando a sua retirada não impeça a sobrevivência sem risco a integridade do doador, e que haja necessidade terapêutica - condição indispensável - do receptor.

A lei sobre transfusão de hemoderivados, Lei 10.205/2001, dispõe como princípio de sua política nacional que a doação deve ser voluntária, não remunerada, e dispõe que o poder público deve promovê-la com fundamento em se tratar de ato relevante de solidariedade humana e sinal de compromisso social.

Portanto, verificamos que todo o arcabouço legal de permissão de disposição de partes do corpo humano, durante a vida, se fundamenta nas idéias de não lesividade ao doador, proibição de pagamentos e valorização da voluntariedade, motivada por relevante fim ético e social.

Não há espaço na ordem jurídica nacional para adoção de sistemas empresariais que utilizem como objeto o comércio de partes do corpo humano.

O argumento do “mútuo benefício” apontado pelos defensores desse comércio é frágil, pois equipara uma contraprestação econômica com um bem integrante da personalidade humana, que faz parte do conceito de integridade física e, conseqüentemente, é um dos substratos da dignidade humana <sup>83</sup>.

---

<sup>83</sup> V. BODIN DE MORAES, Maria Celina. *Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

O argumento de que cabelos, esperma e óvulos são comercializados licitamente não invalida a tese da proibição da comercialização que apontamos, pois estas partes são naturalmente reconstituíveis <sup>84</sup> e, deste modo, não estão essencialmente ligados à idéia de integridade física <sup>85</sup>.

Devemos fazer a análise dos argumentos que a *Organs Watch* traz, diante do ordenamento social e jurídico, bem como da consciência moral da sociedade brasileira.

Sabemos que nosso país ainda apresenta milhões de pessoas sem condições materiais de vida digna, portanto, cidadãos que vivem sob miséria. O argumento de que o tráfico de órgãos explora essa miséria é pertinente, pois constatamos que não é nas classes mais abastadas que são recrutados os “doadores de órgãos”.

Traficante de órgãos obtém lucro aproveitando-se de situação de falta de instrução formal básica, ausência de perspectiva de emprego, falta de outros meios hábeis à própria manutenção da vida; cooptam pessoas desesperadas e sem condições de manifestar livremente sua vontade, por estarem em verdadeiro estado de necessidade.

Quanto à questão ético-legal dos médicos que se envolvem nessas cirurgias, contrapomos o regulamento profissional da área médica, Resolução CFM nº 1246/88 – “Código de Ética Médica”.

“Art. 6º - O médico deve guardar absoluto respeito pela vida humana, atuando sempre em benefício do paciente. Jamais utilizará seus conhecimentos para gerar sofrimento físico ou moral, para o extermínio do ser humano ou para permitir e acobertar tentativa contra sua dignidade e integridade.”

Os princípios ético-legais da profissão, contidos neste dispositivo, são claramente opostos à conduta do médico participante de comércio de órgãos.

---

<sup>84</sup> SILVA PEREIRA, Caio Mário. *Instituições de Direito Civil*, v. I, Rio de Janeiro: Forense, 2003, p. 252.

<sup>85</sup> PEARSON, Elaine. *Coertion in the Kidney Trade? A background study on trafficking in human organs worldwide*, Eschborn, April, 2004 disponível em <<http://www.gtz.de/de/dokumente/en-svbf-organ-trafficking-e.pdf>>, acesso em 03/11/2007.



O benefício ao paciente a que alude a lei não é o econômico e, sim, relativo à sua saúde e bem-estar, essa premissa está explícita em outro dispositivo:

“Art. 9º - A Medicina não pode, em qualquer circunstância ou de qualquer forma, ser exercida como comércio”.

A participação no comércio de órgãos humanos é vetada aos profissionais da medicina, sendo ilegal qualquer forma de fazer essa digna profissão atender a interesses mercantis.

“Art. 42 - Praticar ou indicar atos médicos desnecessários ou proibidos pela legislação do País.”

Esses e outros dispositivos reforçam a norma proibitiva do auxílio de médicos em transplantes de órgãos e sangue, quando fundados em contraprestações monetárias, pois o art. 15 da lei 9.434/94 proíbe e penaliza, a conduta de comprar ou vender tecidos órgãos ou partes do corpo humano; o parágrafo único dessa lei prescreve que incorre no crime quem facilita ou auferir vantagem com a transação.

Mesmo que esses dispositivos proíbam os médicos de atuar comercialmente com órgãos humanos, o Conselho Federal de Medicina, ciente da lesividade social dessa conduta, dita norma específica ao caso:

“Art. 75 - Participar direta ou indiretamente da comercialização de órgãos ou tecidos humanos”.

Percebemos que os argumentos levantados pela *Organs Watch* são plenamente justificados. É incompatível com o papel do médico na sociedade democrática se deixar envolver em relações profissionais visando a transformar órgãos humanos em mercadoria sujeita a ser comprada por preço fixado pelas regras do mercado.

### 3.3. Estudo de caso.

Esta parte do trabalho está baseada em observação pessoal realizada em Recife, onde realizei entrevistas com envolvidos no caso de comércio de órgãos. Bem como informações úteis obtidas no III Seminário Internacional para Enfrentamento do Tráfico de Pessoas, realizado pelo ILADH (Instituto Latino Americano de Direitos Humanos).

Entre as entrevistas, destaco a realizada com a Delegada Beatriz Gilson, da Polícia Civil, que foi responsável pela investigação das primeiras notícias do caso de tráfico de órgãos e o depoimento do Deputado Estadual Raimundo Pimentel, que foi o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre o Tráfico de Órgãos na Assembléia Legislativa de Pernambuco.

Nesta mesma oportunidade, também tive acesso às atas das reuniões da CPI mencionada. Portanto, a maior parte das informações deste capítulo foi obtida através de depoimentos de pessoas envolvidas no caso do tráfico de órgãos em Recife e em documentos da organização *Organs Watch*.

O primeiro caso comprovado, que forçou os céticos a considerarem como fundadas as suspeitas sempre afastadas, foi o de uma quadrilha internacional descoberta e desfeita no Recife. Através dela, pelo menos, trinta brasileiros venderam um de seus rins por remunerações que não ultrapassaram 10.000 dólares. Trinta é o número de vítimas confirmadas, sem prejuízo do fato de existirem várias outras a que não se chegou, no momento e no local da investigação.

Vários casos de pessoas vítimas da subtração de seus órgãos foram noticiados anteriormente, porém, a técnica cirúrgica de alguns anos atrás não era tão avançada quanto a de hoje, o que provocava ceticismo.

As vítimas, de condição social precária, foram cooptadas pelo esquema, de forma a que vendessem seus órgãos e viajassem para a África do Sul. Naquele país teriam um rim retirado e imediatamente transplantado em

estrangeiro de um terceiro país, Israel. Note-se aqui a facilidade da comercialização estruturada via internet e a execução do delito de forma supranacional. O jornal Star, de Joanesburgo, relatou que os traficantes cobravam dos receptores dos órgãos quantias que chegavam a 120.000 dólares<sup>86</sup>.

O caso de Recife é uma demonstração de que não é um pequeno grupo de criminosos despreparados que atua no tráfico de órgãos humanos, o esquema descoberto era complexo, incluindo rotas internacionais que levavam “doadores” brasileiros para a África do Sul, onde tinham seus órgãos extraídos e enviados para outros locais.

Havia uma sofisticação organizacional, com um líder em Pernambuco, Gedalya Gady Tauber; sua equipe, aquela que chegou a ser conhecida, era composta por uma tesoureira, Terezinha Medeiros; um agente de viagens que organizava as saídas para a África do Sul; uma autoridade brasileira: o Capitão Ivan Bonifácio da Silva, que era um dos chefes em Pernambuco; uma tradutora; um médico<sup>87</sup>, que requisitava exames preliminares, ainda em Recife; e coordenadores que trabalhavam com os aliciadores diretos nas comunidades, muitas vezes ex-“doadores”.

No caso de Pernambuco, as polícias e o Ministério Público investigaram e prenderam os membros da quadrilha, que foram condenados a penas que variaram entre 11 anos e 9 meses, no caso de Gady, que se encontra preso em regime fechado, até 1 ano e seis meses, no caso do biomédico israelense Eliezer Ramon, que continua em liberdade em Israel<sup>88</sup>.

O esquema começou a ser desmontado quando Beatriz Gilson, delegada da Polícia Civil, foi questionada por uma moradora da comunidade de Jardim

---

<sup>86</sup> *International organ trafficking scheme has transplant community scrambling*. In Transplant News v. 13, edição 23 de 15 de Dezembro de 2003. Publicado por Transplant Communications, Inc.

<sup>87</sup> ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO, *Ata da 3ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do tráfico de órgãos*.

<sup>88</sup> Exposição do Deputado Raimundo Pimentel no III Seminário Internacional para Enfrentamento do tráfico de pessoas, realizado pelo ILADH.

São Paulo, em Recife, com uma dúvida incomum: se estaria conforme à legalidade a venda de órgãos humanos <sup>89</sup>.

Com senso de investigação e consciência profissional, a delegada procurou averiguar a razão daquela dúvida e, no decorrer da conversa, conseguiu que a pessoa revelasse um esquema que, até então, não havia chegado oficialmente ao conhecimento das autoridades policiais.

Os fatos narrados traziam à tona um complexo esquema criminoso : havia uma clínica em que as pessoas aliciadas pelos traficantes faziam exames médicos e, para passarem a essa fase, deveriam fazer parte de uma lista de pessoas “indicadas”, com o que os criminosos se resguardavam da visibilidade, já que aqueles que indicavam eram geralmente pessoas que anteriormente ocuparam no transplante o papel de “doador”.

Havia casos de pessoas humildes que retornavam à comunidade com sinais de ostentação, fazendo aquisições que nunca antes poderiam ter feito <sup>90</sup>. Porém, houve casos nos quais os “doadores” morriam no exterior e seus familiares eram ameaçados de morte. A estratégia de calar pelo medo funcionava também contra os “doadores” que tentavam escapar desse sistema e tinham parentes assassinados <sup>91</sup>.

O principal informante da Polícia era um potencial “doador”, que só não teve seu rim retirado, pois teve medo, após saber que um “doador” voltara da viagem e morrera em decorrência da debilidade pela perda do órgão <sup>92</sup>.

O esquema se auto-alimentava, os ex-“doadores” recebiam ofertas de prêmios por candidatos que indicassem <sup>93</sup>. Uma rede auxiliar era constituída

---

<sup>89</sup> Entrevista feita pelo autor com a delegada Beatriz Gilson.

<sup>90</sup> No depoimento de Márcio César do Nascimento à CPI do tráfico de órgãos, foi dito o seguinte: “Depoente usou o dinheiro recebido pelo procedimento, ao que este responde que comprou uma casa, na qual mora, que com o que sobrou pagou dívidas, comprou um fogão, uma geladeira, um video game para seu filho e fez algumas feiras”

<sup>91</sup> Entrevista feita pelo autor com a delegada Beatriz Gilson.

<sup>92</sup> Ibid.

<sup>93</sup> ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO, *Ata da 4ª Reunião Ordinária* da CPI dos órgãos.

por clínicas e agentes de viagem que trabalhavam para os traficantes e possibilitavam o sucesso da ação criminosa <sup>94</sup>.

As somas envolvidas eram grandes, como demonstrava a corrupção de autoridades policiais como o Capitão Ivan <sup>95</sup> e os indícios visíveis de riqueza que possuíam aqueles que tiveram sua participação constatada.

Constatou-se que, no início da empreitada criminosa, a oferta ao “doador” era de dez mil dólares pelo rim, mas a quantidade de “doadores” interessados cresceu tanto que esse valor caiu para seis mil e depois três mil dólares <sup>96</sup>. Segundo pesquisas do *Organs Watch*, o preço de compra do rim nos Estados Unidos chega a trinta mil dólares, em Israel fica entre dez e vinte mil dólares, enquanto os mesmos são vendidos pelos intermediários por quantias que variam entre sessenta e cento e vinte mil dólares.

Essa margem de lucro excepcional possibilitou aos traficantes cooptar autoridades e fazer funcionar esta atividade. Por ser tão vantajoso, circulava a informação de que a própria retirada dos órgãos não mais se daria na África do Sul, mas em uma clínica situada no Brasil <sup>97</sup>.

Assim, estaria comprovado o interesse do crime organizado em se estabelecer em sociedades nas quais a defesa dos direitos humanos é mais precária e ineficiente.

---

<sup>94</sup> ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO, *Ata da 1ª Reunião Ordinária* da CPI dos órgãos.

<sup>95</sup> Capitão Ivan utilizava de influência na Polícia Federal para, até mesmo, agilizar a obtenção de passaportes para os “doadores”, frise-se que estes assinavam “contrato de doação de órgãos” para legitimar a operação, conforme informações colhidas na *Ata da 1ª Reunião Ordinária* da CPI do tráfico de órgãos.

<sup>96</sup> Entrevista feita pelo autor com a delegada Beatriz Gilson.

<sup>97</sup> Idem.

### 3.4. A dignidade humana e o tráfico de pessoas

A professora Maria Celina Bodin de Moraes, ao refletir sobre a dignidade humana através da perspectiva kantiana, descreve como um dos desdobramentos do imperativo categórico deste filósofo a regra moral de que “Age de tal maneira que sempre trates a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de outrem, como um fim e nunca como um meio”.

Afirma que Kant diferencia duas formas de valores: o preço e a dignidade, o primeiro como um valor de mercado e o segundo como um valor moral ligado à pessoa <sup>98</sup>.

Com relação ao tráfico de seres humanos, o que se passa é justamente a utilização do homem como um meio e não como o fim de aprimoramento da humanidade em geral.

No tráfico de órgãos, essa finalidade é ainda mais exacerbada, já que é visível que uma parte do corpo de uma pessoa é vendida por um preço, tal como se fosse uma mercadoria e não algo intrínseco à própria humanidade daquele que é vitimado. A dignidade deste indivíduo é violada quando é posto um preço em parte de seu ser indisponível e ligado organicamente à sua própria integridade psicofísica.

O vitimado é considerado como coisa e não como pessoa. Os traficantes se aproveitam da precariedade econômica e educacional para violar sua dignidade e submetê-lo à situação semelhante a da coisa que tem seu preço fixado pelo mercado.

O tráfico de pessoas, principalmente o de órgãos, é uma indisfarçável e completa violação à dignidade, verdadeira derrogação da moralidade e que afasta o nível civilizatório mínimo já atingido pela Humanidade. É um atentado ao princípio da solidariedade e da integridade psicofísica, que servem

---

<sup>98</sup> MORAES, Maria Celina Bodin de. *Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003, p. 80-81.

como substrato do valor jurídico da dignidade humana de acordo com a pesquisa da Dra. Maria Celina Bodin.

## 4. Conclusão

Depois da exposição feita neste trabalho, espero ter deixado evidente a necessidade de que sejam adotadas medidas repressoras dessa nova forma de criminalidade - cruel e desumana - que submete pessoas a condições de meros objetos apreçados pelo mercado e pelas forças econômicas.

É fundamental priorizar a defesa dos Direitos Humanos, impedindo a utilização do ser humano como objeto (verdadeiras *commodities* humanas).

Sabe-se que no mundo globalizado os traficantes não são mais limitados em suas ações pelas fronteiras rígidas da velha ordem mundial. Portanto, os governos nacionais devem unir esforços para garantir ou resgatar a humanidade daquelas pessoas que dela foram usurpada.

É imprescindível a mobilização da cooperação internacional para o enfrentamento das estruturas criminosas que atuam através das fronteiras: devem ser rigorosamente efetivadas as Convenções assinadas sobre crime transnacional, lavagem de dinheiro e corrupção de autoridades, a legislação interna deve ser atualizada e aprimorada de forma a englobar esses compromissos e atualizar conceitos e métodos de controle.

É necessário esforço legislativo no sentido de permitir e facilitar a cooperação entre as autoridades policiais dos diversos países. O marco fundamental desta mudança de postura é o Protocolo sobre Tráfico de Pessoas presente na Convenção sobre o Crime Organizado da ONU. Ele precisa ser internalizado pelos países signatários de forma que seus preceitos possam ser tornados eficazes pelas legislações nacionais.

A vontade política é fundamental para que os instrumentos e mecanismos dessa cooperação internacional se tornem possíveis. Portanto, deve-se fazer com que as autoridades saibam que o tráfico de seres humanos não é fantasia e, sim, uma realidade que traz prejuízos econômicos e morais



para todos os povos e que precisa ser combatida de forma firme pelos governos mundiais.

Iniciativas de grupos como o *Organs Watch*, que monitoram o tráfico de pessoas e colhem dados objetivos dessa forma de criminalidade, são valorosas para o convencimento de que o tráfico de seres humanos e o crime organizado não são invenções, pelo contrário, são uma ameaçadora realidade mundial.

Além dessas medidas políticas repressivas, é essencial que sejam realizadas medidas preventivas. Isso porque a ignorância das vítimas é a principal arma dos traficantes; mesmo que persistam as condições sociais e econômicas precárias, a posse de informação por parte de possíveis vítimas tornará mais difícil para os criminosos obter seus objetivos. Para isso é necessário que programas de conscientização e de atendimento a vítimas e potenciais vítimas sejam postos em prática de modo amplo e permanente.

Só se conseguirá extirpar esse câncer moral com educação e informação dirigida à população carente, sua maior vítima. Resultados expressivos serão resultados de políticas educacionais e de inclusão social de longo prazo. E medidas imediatas de conscientização podem conter os níveis hoje escandalosos dessa atividade criminosa.

É preciso a conjunção da vontade política e da conscientização social para que essa forma de degradação do ser humano seja eficazmente contida e de forma definitiva apagada de nossa História. Se não forem tomadas essas medidas, no futuro, nossa geração será reconhecida como tão bárbara e incivilizada como nós hoje interpretamos sociedades do passado, nas quais a escravidão era aceita socialmente e tinha seu estatuto jurídico legalizado e regulamentado.

## BIBLIOGRAFIA

1. ANIYAR DE CASTRO, Lola. La Sombra de el Padriño: concepto criminológico del delito organizado. In *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 11 , nº 42, p. 307-316, jan./mar. 2003.
2. ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*, 10ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
3. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO, *Atas da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar os delitos relativos à prática de tráfico de órgãos humanos e possíveis ligações com adoções internacionais de crianças brasileiras e tráfico internacional de pessoas*. Arquivo de computador disponibilizado ao autor pelo Deputado Raimundo Pimentel, presidente da Comissão.
4. BASTOS, Marcio Thomaz e al. *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*, Brasília; Ministério da Justiça, 2007.
5. BITTENCOURT, Cezar Roberto. *Tratado de Direito Penal: parte especial*, v.2, 3ªed. São Paulo: Saraiva, 2003.
6. BODIN DE MORAES, Maria Celina. O Conceito de Dignidade Humana: substrato axiológico e conteúdo normativo. In: *Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado*. Org. Ingo Sarlet. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
7. \_\_\_\_\_. *Danos à Pessoa Humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
8. CEPEDA, Ana Isabel Pérez .*Globalización, tráfico internacional ilícito de personas y derecho penal*, Granada: Editorial Comares, 2004.
9. DA SILVA, José Afonso. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, 23ª edição. São Paulo: Malheiros, 2004.

10. DUARTE, Luiz Carlos Rodrigues. Vitimologia e Crime Organizado. In : *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 4, n° 16, p. 252-259, out./dez. 1996.
11. FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A POPULAÇÃO, *State of World Population 2006: A Passage to Hope*. Disponível em <<http://www.unfpa.org>>, data de acesso: 03/11/2007.
12. GOMES, Luiz Flávio e CERVINI, Raúl. *Crime Organizado: enfoques criminológico, jurídico (lei 9.034/95) e político-criminal*, 2ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
13. HASSEMER, Winfried. Limites del Estado de Derecho para el Combate contra la Criminalidad Organizada. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 6, n° 23, p. 25-30, jul./set. 1998.
14. IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 13ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
15. JESUS, Damásio Evangelista de. Criminalidade Organizada. Tendências e Perspectivas Modernas em Relação ao Direito Penal Transnacional. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 8, n° 31, p. 137-143, jul./set. 2000.
16. MAYOR M., Pedro Juan. Concépcion Criminológica de la Criminalidad Organizada Contemporánea. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 7, n° 25, p. 216-225, jan./mar. 1999.
17. MENDRONI, Marcelo Batlouni. *Crime Organizado: aspectos gerais e mecanismos legais*. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.
18. MUSACCHIO, Vincenzo. Derecho Penal Económico, Criminalidad Organizada y Unión Europea. In: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, n° 60, p. 208-222, mai./jun. 2006.
19. ORGANS WATCH.  
<<http://sunsite.berkeley.edu/biotech/organswatch/pages/nsh.html>>,  
visitado em 08/04/2006.

20. PÁDUA, João Pedro Valladares. Eutanásia e Igualdade. In *Revista Trimestral de Direito Civil*, v. 23, Rio de Janeiro: Padma, 2005.
21. PEARSON, Elaine. *Coertion in the Kidney Trade?* A background study on trafficking in human organs worldwide, Eschborn, April, 2004, disponível em <<http://www.gtz.de/de/dokumente/en-svbf-organ-trafficking-e.pdf>>, acesso em 03/11/2007.
22. PERLINGIERI, Pietro. *Perfis do Direito Civil: Introdução ao direito civil constitucional*, 2ª edição, Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
23. PESSOA, Fernando. *Iniciação*. In *Obra Poética*, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1985, p.161.
24. PIOVESAN, Flavia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
25. \_\_\_\_\_. *Direitos Humanos e Justiça Internacional*, São Paulo: Saraiva, 2007.
26. RAMOS, André Carvalho. Mandados de Criminalização no Direito Internacional dos Direitos Humanos: novos paradigmas da proteção das vítimas de violação de direitos humanos. In *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, nº 62, p. 9-55, set./out. 2006.
27. RODRIGUES, Anabela Miranda. Criminalidade Organizada. Que Política Criminal? In *Revista Brasileira de Direito Comparado*, Rio de Janeiro, nº 24, p. 103-126, jan./jun. 2003.
28. SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.
29. SANTOS, Juarez Cirino dos. Crime Organizado. In *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v. 11, nº 42, p. 214-224, jan./mar. 2003.
30. SANTOS, Milton. *Por Uma Outra Globalização: do pensamento único à consciência universal*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

31. SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988*, 5ª ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
32. SCHEPER-HUGHES, Nancy. Rotten Trade: Millennial Capitalism, Human Values and Global Justice in Organs Trafficking. *Journal of Human Rights*, v. 2, nº 2, junho de 2003, Edição Especial: Human Frailty, New York: Routledge, 2003.
33. \_\_\_\_\_. *New Cannibalism*, disponível em <<http://sunsite.berkeley.edu/biotech/organswatch/pages/cannibalism.html>>, acesso em 04/11/2007.
34. *The Global Traffic In Human Organs: A Report Presented to the House Subcommittee on International Operations and Human Rights, United States Congress on June 27, 2001.*
35. \_\_\_\_\_. *Bodies of Apartheid: the Ethics and Economics of Organ Transplantation in South Africa*, disponível em <<http://sunsite.berkeley.edu/biotech/organswatch/pages/bodiesapart.html>>, acesso em 04/11/2007.
36. SILVA PEREIRA, Caio Mário. *Instituições de Direito Civil*, v. I, 20ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2004.
37. TEPEDINO, Gustavo. *Temas de Direito Civil*, 3ª edição, Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
38. TRANSPLANT COMMUNICATIONS, INC. International organ trafficking scheme has transplant community scrambling. In *Transplant News* v. 13, edição, 23 de 15 de Dezembro de 2003.
39. \_\_\_\_\_. US researcher have launched a new group to monitor trafficking in human organs, a practice that now extends around the world. In *Transplant News*, volume 10, edição 6 de 27 de março de 2000.

40. TRANSPLANT PROCEEDINGS. *The Bellagio Task Force Report on Transplantation, Bodily Integrity, and the International Traffic in Organs*, disponível em <http://www.icrc.org/Web/Eng/siteeng0.nsf/iwpList302/87DC95FCA3C3D63EC1256B66005B3F6C>, acesso em 04/11/2007.
41. VIEIRA, Liszt. *Cidadania e globalização*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.